

Reflexões sobre a ética na produção de notícias por máquinas¹

Lucas Vieira de Araújo²
Edgard Luiz Bernardes Valderramas³

Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

Resumo

Este artigo busca questionar a produção de notícias por máquinas à luz da ética jornalística. Justifica-se tal estudo pela importância do tema para o jornalismo, assim como para ampliar o debate deste assunto no Brasil. A metodologia foi uma pesquisa exploratória, a partir de bibliografia interdisciplinar, a fim de realizar uma discussão teórica. Entre os resultados, vislumbra-se uma certa incompatibilidade de robôs em exercer a ética, haja vista suas limitações originais.

Palavras-chave: Jornalismo; Ética; Robôs, Notícias; Máquinas

O jornalismo ocupa um espaço importante na sociedade há muitos anos. Desde o surgimento dos primeiros veículos de massa, no século XIX nos Estados Unidos e na Europa, até os grandes meios de comunicação atuais, a imprensa realiza um trabalho fundamental para a consolidação da democracia. No caso brasileiro, o maior destaque é sobre o período da ditadura militar, de 1964 a 1984, no qual a repressão ao trabalho jornalístico foi mais acentuada. Inúmeros autores como Kushnir (2004) e Markun (2005), assim como diversos trabalhos acadêmicos, debruçaram-se sobre a brutalidade do regime totalitário e o quanto a resistência de alguns jornalistas foi fundamental para a derrocada dos militares do poder e o retorno da vontade popular para escolha dos governantes.

Na atualidade, porém, o jornalismo vem sofrendo questionamentos no que tange não apenas às mudanças de forma, técnica e produção de notícia, mas também no próprio futuro da prática como mediação social. Rublescki baseia-se nas discussões realizadas por Balman (2007) sobre o termo jornalismo líquido, para afirmar que a prática jornalística está em xeque. Entre as razões para isso, estão as mudanças no fluxo de informações, as quais se tornaram mais lineares e menos hierarquizadas. Para Rublescki há “um cenário instável, em aberto,

¹Trabalho apresentado no XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016

² Jornalista e mestre em Literatura Brasileira e Portuguesa pela Universidade Estadual de Londrina. Aluno de doutorado em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo. Bolsista Capes.

³ Professor e mestre em Administração de Empresas pela Universidade Metodista de São Paulo. Aluno de doutorado em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo. Bolsista Capes.

permeado por mudanças que têm como cenário uma sociedade amalgamada em rede, digital, convergente, multimídia, em tempo real” (2011, p. 19). Ainda de acordo com Rublescki, as alterações mais substanciais no jornalismo originaram-se do ciberespaço, caracterizado como “um mundo virtual porque está presente em potência, é um espaço desterritorializante. (...) O ciberespaço existe em um local indefinido, desconhecido, cheio de devires e possibilidades.” (Monteiro e Pickler, 2007, p. 17).

Foram as inúmeras facetas do ciberespaço que possibilitaram uma das mudanças mais marcantes da história do jornalismo: o uso de máquinas para a produção de notícias. Realidade há poucos anos, esse fato ainda gera controvérsias e muitas dúvidas. Entre elas, se há ética jornalística em notícias forjadas por máquinas. Esse artigo não tem a expectativa de responder de forma satisfatória a essa pergunta, mas busca lançar luzes sobre algumas questões. Uma delas seria destacar qual a origem e algumas características dos computadores, máquinas que estão realizando reportagens e que estão no cerne das discussões. Este aspecto é fundamental porque torna possível lançar conjecturas sobre o futuro desses dispositivos inanimados no jornalismo.

Para realizar essas discussões, este texto fará uma reflexão teórica a partir das contribuições da ética jornalística e dos fundamentos técnicos que embasaram o desenvolvimento de máquinas produtoras de notícias. Entre estes, destacam-se a Escola da Cibernética gestada por Wiener (1950), e os estudos de Turing (1950) e Von Neumann (2006), cientistas que trabalharam ativamente no desenvolvimento de máquinas capazes de realizar tarefas tipicamente humanas. Por ser um assunto interdisciplinar, a produção de notícias por máquinas requer uma reflexão que extrapole as fronteiras do jornalismo e das máquinas computacionais para adentrar a aspectos basilares, como a substituição de seres humanos por robôs nas redações, a imputação de responsabilidade civil sobre máquinas ou ainda os limites da produção de notícias por seres inanimados.

Ética

A ética é a ciência da conduta que discute como o homem se relaciona com a sociedade. Logo, estuda os valores morais e princípios do comportamento humano. A formação etimológica da palavra leva a duas linhas de estudos da ética. A primeira, denominada filosófica, tem caráter normativo e busca estabelecer os princípios constantes e universalmente válidos para uma boa vida em sociedade. Nela, discute-se uma moral universal ideal. A segunda linha de estudos, chamada ética científica, tem caráter explicativo

e busca compreender as morais históricas numa reflexão sobre os costumes. Dai, surge o estudo da moral.

Uma teoria que advém do ramo da filosofia é a ética das virtudes, originária de Sócrates (400 a.C). Esta teoria pressupõe que as virtudes tornam as pessoas mais humanizadas. É uma filosofia moral que define alguns traços de caráter manifestados no agir habitual. Isto é, qualidades pessoais que devem ser valorizadas, ao contrário do vício, caracterizado pelo excesso ou carência de uma virtude. Um exemplo de virtude seria a coragem, ao passo que o excesso caracterizar-se-ia pela temeridade, e a carência, pela covardia. As virtudes são necessárias para orientação da vida em sociedade.

Outros exemplos de virtude são: honestidade, generosidade, equidade, paciência, compaixão, lealdade, benevolência, tolerância, cortesia, justiça. Rachels tem uma importante colocação sobre esses traços humanos: “As sociedades fornecem sistema de valores, instituições e modos de vida que moldam a existência dos indivíduos. As virtudes essenciais não são prescritas por convenções sociais, mas por fatos fundamentais sobre a nossa condição humana comum.” (2004, p. 96).

O professor da Universidade de São Paulo (USP) e jornalista Eugênio Bucci, referindo-se à professora de filosofia da USP Marilena Chaui, complementa a ideia de duas facetas da ética ao afirmar que uma se assenta sobre o indivíduo e sua conduta e outra na sociedade. Após fazer uma breve explicação sobre as bases teóricas das duas correntes, diferenciando a ética normativa, a qual ele atribui a Kant o maior expoente, da ética mais generalista, cujo um dos representantes seria Espinosa, Bucci argumenta que a forma de agir de cada pessoa vai determinar o comportamento ético (2000, p. 16). Para tanto, argumenta ele, cada indivíduo recorre ao livre-arbítrio, foro íntimo no qual será definido o que é bom e ruim. Embora o próprio Bucci salienta o cuidado com a definição de termos tão amplos como bom e mau, o autor reforça a tese de que esses conceitos nortearão não só as atitudes individuais, mas igualmente as definidas em coletividade. Assim, é preciso ter senso de coletividade para tomar determinadas decisões, já que as atitudes individuais têm consequências sobre a comunidade (2000, p. 17).

O dicionário de filosofia de Nicola Abbagnano resume ética, de forma bastante sintética, como ciência da conduta, a qual pautar-se-ia por normas derivadas do próprio homem, fruto da sua racionalidade, ou de preceitos dos quais ele obedece. Nesta segunda possibilidade, “o bem não é definido com base na sua realidade ou perfeição, mas só como objeto da vontade humana ou das regras que a dirigem” (2007, p.383). Já na primeira acepção de ética, “as normas derivam do ideal que se assume como próprio do homem (a perfeição da

vida racional, segundo Aristóteles, o Estado, segundo Hegel, a sociedade fechada ou aberta, segundo Bergson, etc)” (2007, p. 383).

Japiassú e Marcondes, todavia, abordam a ética sob um viés mais prático. Na obra *Dicionário básico de filosofia*, os autores preocupam-se em distanciá-la da moral, sendo esta encarregada de criar normas. Para eles, enquanto a ética está situada em um patamar mais filosófico-reflexivo, a moral trataria dos dilemas cotidianos enfrentados pelo homem. Valendo-se das contribuições do filósofo Emanuel Kant, Japiassú e Marcondes afirmam que:

Pode-se distinguir entre uma moral do bem, que visa estabelecer o que é o bem para o homem —a sua felicidade, realização ou prazer e como se pode atingi-lo— e uma moral do dever, que representa a lei moral como um imperativo categórico, necessária, objetiva e universalmente válida (2001, p. 134).

Assim, os autores aproximam-se da ética utilitarista ou ética aplicada ao jornalismo. Este enquanto prática social de relevância pública, pois trata de informações de interesse coletivo. Sendo o jornalismo realizado por um jornalista, preferencialmente em uma empresa de comunicação —existe a possibilidade de fazê-lo, por exemplo, em uma assessoria de comunicação, porém, não está no bojo deste trabalho—, há a preocupação em avaliar a conduta dos profissionais da área e das organizações envolvidas. Tendo em vista que a ética é, resumidamente, uma forma de conduta, é preciso avaliar também a forma como a imprensa lida com os dilemas diuturnos do jornalismo.

Bucci tem uma postura bastante crítica em relação ao papel dos meios de comunicação de massa, preponderantemente à Rede Globo de Televisão. Postura corroborada por parcela significativa da academia. Hegemonia e dominação à parte deste debate, o professor defende a tese de que desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, há o direito irrevogável à liberdade de opinião e de expressão. O qual, juntamente com o artigo quinto da Constituição do Brasil, prevê amplo e irrestrito acesso à informação. Deste modo, a mídia teria a obrigação de server ao público com equidade e responsabilidade, virtudes que balizariam o exercício da ética das empresas e dos profissionais que para ela trabalham.

Embora muitas empresas contra argumentem que fazem parte da iniciativa privada e que precisam de lucro para sobreviver, Bucci é enfático ao defender a independência editorial do veículo para que os principais interessados não sejam prejudicados.

Os piores problemas da imprensa brasileira são problemas construídos no interior das empresas de comunicação por forças e interesses que ultrapassam os domínios de uma redação e nada tem a ver com os interesses legítimos de seus telespectadores, ouvintes e leitores. Mais ainda: ajuda a esconder o fato de que o ambiente de absoluta ausência de parâmetros éticos que orientem as empresas de comunicação é uma situação social —não restrita, portanto, a um segmento profissional (2000, p. 32).

Tema já bastante sopesado, a crítica de que os empresários de comunicação realizam um serviço inadequado em termos éticos, muitas vezes mais preocupados em locupletar-se às custas do cidadão que consome informação, não é uníssona na academia. O ex-professor de ética Carlos Alberto Di Franco faz defesa acalorada da busca pelo lucro por parte das empresas de comunicação e critica duramente estudiosos que defendem a ética acima dos interesses empresariais. Di Franco inverte a ordem ao afirmar: “ganhar dinheiro com a informação não é um delito. É um dever ético” (1995, p. 35). No entanto, logo depois ele acrescenta: “não estou, obviamente, defendendo uma ética utilitária. Ela tem um valor em si e deve ser praticada independentemente do lucro. No entanto, ética e lucro, nos meios de comunicação, não devem ser realidades antagônicas” (1995, p. 35).

O próprio Di Franco, no mesmo livro em que titubeou ao tentar provar a tese de que a ética e o lucro podem e devem convergir, contradiz-se ao criticar o excesso de nudismo e sensacionalismo na TV aberta brasileira. Mesmo admitindo que as emissoras estão em guerra de audiência, por lucro, o ex-professor critica a falta de respeito com o público e lembra a importância dos meios de comunicação na formação do povo (1995, p. 37). Bucci rechaça o raciocínio, pois para ele não a ética deve estar totalmente desvinculada dos interesses comerciais. Ademais, “é possível, ainda que numa perspectiva mais ou menos utópica, buscar mecanismos que protejam valores coletivamente eleitos contra um regime do não-valor moral” (2000, p. 34).

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros é taxativo ao tratar possíveis interferências na produção de notícia com um desrespeito. Logo no artigo primeiro o Código diz “o acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse” (CÓDIGO, 1987). Além de combater ingerências, o texto ainda acrescenta no artigo segundo que os meios necessitam, prioritariamente, apresentar a notícia de forma adequada isenta de interesses externos ao público consumidor de conteúdo. “A divulgação de informação, precisa e correta, é dever dos meios de comunicação pública, independente da natureza de sua propriedade” (CÓDIGO, 1987).

Outro defensor da ética é o respeitado jornalista Cláudio Abramo. No livro *Aregra do jogo*, no qual são narrados inúmeros fatos relevantes da carreira profissional, ele cita com naturalidade aproximações escusas entre empresas de mídia e o poder. Ao falar do amigo Samuel Weiner, por exemplo, demonstra preocupação com o fato deste ter como sustentação para seus jornais conchavos políticos (ABRAMO, 1988, p. 83). Cita ainda os bastidores do

poder de dois dos principais jornais do Brasil na década de 1970, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, e as ligações destes com os militares, desmentindo quaisquer discursos oficiais de imparcialidade absoluta, comum até os dias atuais entre os meios de comunicação (ABRAMO, 1988, p. 88).

No entanto, Abramo não faz uma distinção entre a ética da empresa e do empregado. Para ele, existe a ética do marceneiro. Abramo confessa um profundo gosto pela marcenaria e afirma que não tem duas formas diferentes de agir quando o assunto é ética. Pelo contrário, para ele é errôneo esperar uma conduta diferente apenas porque a pessoa é jornalista, já que não há diferença no modo de agir entre o profissional que produz notícias e o cidadão que lê notícias. “No jornalismo, o limite entre o profissional como cidadão e como trabalhador é o mesmo que existe em qualquer outra profissão. (...) A ética do jornalista é a ética do cidadão. O que é ruim para o cidadão é ruim para o jornalista” (ABRAMO, 1988, p. 109).

Abramo defende ainda que os jornalistas devem exigir ética das empresas no que diz respeito ao tratamento com a classe e não em relação ao público leitor, telespectador ou ouvinte. Opinião totalmente contrastante com a de Bucci, que chama de alienígena a postura de muitos jornalistas que se recusam a discutir o *modus operandi* da mídia. “É como se a imprensa proclamasse: minha função é informar o público, mas os meus valores não estão em discussão, os meus métodos não da conta de mais ninguém –eles são bons, corretos e justos por definição” (2000, p. 39).

Ambos os autores também divergem no que diz respeito ao por que falar de ética. Enquanto Abramo tem uma visão mais arraigada do jornalismo combativo, focado na luta por direitos políticos e arraigado no período ditatorial no Brasil, Bucci acredita que o fim último do jornalismo é servir ao cidadão. O jornalista defende a premissa de que nada pode ser realizado sem foco no público consumidor de notícia, pois ele é o verdadeiro interessado na informação pública jornalística. Ainda para o professor da USP, sem o cidadão o jornalismo tornar-se-ia inócuo e vazio de sentido, assim, não há sentido em discutir a profissão a partir das convicções apenas do profissional de jornalismo ou das empresas de comunicação. Para o estudioso, até a lógica de mercado, centrada nas relações capitalistas de trabalho e subordinação, podem ser usadas para justificar o foco no cidadão.

A razão de ser do repórter, de um editor ou de um repórter fotográfico não é a empresa que lhe paga o salário, mas a existência do direito à informação, o qual pertence ao cidadão. Este é o destinatário do trabalho jornalístico e, no final da linha, quem paga a conta é ele: é ele quem compra o jornal ou a revista e é ele que os anunciantes querem conquistar quando investem altas somas em publicidade (2000, p. 46).

O Código de Ética do Jornalista Brasileiro não se manifesta de forma explícita sobre a obrigação do trabalhador de imprensa em discutir a ética profissional e tampouco em que termos deve fazê-lo. No entanto, a norma elaborada pela classe defende o compromisso final com o público. Nos termos do artigo sexto, do inciso segundo, “o exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social e de finalidade pública, subordinado ao presente Código de Ética (CÓDIGO, 1987). É curioso notar, no entanto, que o Manual de Redação e Estilo do prestigiado jornal O Estado de S. Paulo não faz menção a forma como o jornalista deve proceder no seu ofício. O periódico traz apenas o verbete “Ética interna” no Manual, o qual traz diversas orientações sobre normas de redação de termos, por exemplo, qual a maneira correta de um jornalista referir-se a jornal diferente do Estado. Além disso, sugere formas de redigir uma reportagem de forma politicamente correta, para não desagradar o público “procure sempre ser isento no noticiário, especialmente naquele que envolva questões delicadas, e evite utilizar frases, alusões ou conceitos que possam melindrar as pessoas” (MARTINS, 1997, p. 118).

Máquinas e jornalismo

Figura até pouco tempo comum em filmes ou livros de ficção científica, as máquinas estão assumindo funções cada vez mais tipicamente humanas. Uma delas é o jornalismo. Um robô pode ser definido como um sistema mecânico integrado por conjuntos rígidos, articulados entre si e servido de garras ou dispositivo especializado que realiza atividades complexas ou de alto risco para o homem em processos (ORTEGA; SPONG, 1989, p. 878). Embora pareça algo extremamente distante da realidade das redações, esse tipo de máquina já realizou atribuições antes delegadas apenas a seres humanos.

Se na indústria, de modo geral, o robô não se aproxima do trabalho intelectual de produzir um texto, Ortega e Spong apresentam a máquina de uma forma mais próxima do cotidiano de um jornalista. Para eles esses objetos são construídos para manipular materiais, peças, ferramentas ou dispositivos especializados, através de movimentos variáveis programados para a realização de tarefas diversas (1989, p. 877). Isto significa que quando um software produz um texto a partir de estatísticas colhidas durante uma partida de futebol, por exemplo, está realizando uma rotina para a qual foi programado por meio da manipulação de materiais, no caso os números do jogo.

Desta forma, pode-se vislumbrar as razões pelas quais algumas empresas produtoras de informação já estão adotando máquinas na produção de notícias e o porquê essa é uma tendência muito provável para o futuro. Sob o ponto de vista da estratégia de gestão para as

companhias, é bastante vantajoso substituir o trabalho humano pelo maquinário. Os mais visíveis repousam em atividades de alta periculosidade, impedindo o risco real para a saúde dos trabalhadores. No entanto, nas atividades intelectuais também existem diversos benefícios, entre eles reduzir custos e otimizar o processo produtivo. Se até pouco tempo atrás o emprego de maquinário estava adstrito à execução de tarefas específicas do processo de produção, como pintura ou manuseio de objetos, mas recentemente adentrou também na realização de trabalhos intelectuais (TACHIZAWA et al, 2009, p. 2).

Além disto, a conjuntura global corrobora com a adoção dos robôs, em especial, pelo crescente mercado de consumo que exige a expansão da capacidade de produção, a reorganização da produção para maior eficiência energética e o avanço na colaboração homem-máquina, abrindo a possibilidade de novas aplicações das máquinas. Estas, por sua vez, tornaram-se onipresentes na sociedade contemporânea, sendo uma das áreas mais recentes a adentrarem o jornalismo. Por enquanto, as máquinas fazem-se presentes, amiúde, por meio da produção de reportagens textuais, notadamente nas editorias de esporte e de economia. Data de 2011 o início desse processo, mas recentemente a prática se difundiu de forma substancial. A revista *Superinteressante* noticiou o fato em 2012 da seguinte forma:

Eles não reclamam e não tomam café. Só escrevem. Além disso, são rápidos (conseguem publicar um resumo de um jogo de futebol na hora em que o juiz apita o final da partida) e precisos (o resumo reproduz as estatísticas do confronto sem erro humano). (...) Mas jornalistas de carne e osso podem ficar tranquilos: o nicho desses robôs são textos com estrutura fixa baseados em dados numéricos. Um prato cheio para a cobertura de jogos universitários e de ações de empresas menores (EMPRESA, 2012).

Tal prática vem suscitando debates acalorados entre defensores e detratores da prática. Nos Estados Unidos o blog *Journalism in the Americas*, da Universidade do Texas em Austin, trouxe à baila diversos embates entre pesquisadores, jornalistas, políticos e juristas sobre a ética envolvendo o uso de dispositivos remotos para coleta de informações. Um post em 2013 enumerou diversas iniciativas acadêmicas que estão debatendo novas formas de fazer jornalismo sem a intervenção humana. O Laboratório de Jornalismo Robótico da Universidade de Nebraska-Lincoln's, por exemplo, construiu veículos aéreos não tripulados (VANT), conhecidos por drones, para realizar reportagens. A Escola de Jornalismo Missouri, do Programa de Tecnologia da Informação da Universidade de Missouri, e a estação da Rádio Pública Nacional (NPR) KBIA, lançaram um projeto em parceria que prevê o uso de drones para realização de reportagens científicas investigativas.

Os defensores desses projetos argumentam que o uso dessas máquinas é algo inexorável, pois reduz custos das empresas de mídia, já bastante combatidas pela competição

com a internet. Além disso, jornalistas e pesquisadores defendem o uso de máquinas em locais de difícil acesso para humanos, que seriam beneficiados com reportagens mais completas. Os detratores, como políticos e juristas, questionam essa prática pela ausência de dispositivos legais que regulem o setor. Sem normas, eles defendem, essas experiências não deveriam ser realizadas (DYER, 2013).

No Brasil as discussões éticas também vêm ganhando destaque, mormente, sobre a responsabilidade que uma máquina pode assumir em determinadas circunstância. O portal Observatório da Imprensa, de notável credibilidade no meio, trouxe um artigo que se utiliza de um fato ocorrido nos Estados Unidos para mostrar os dilemas que envolvem a participação de máquinas na produção de notícia. Segundo o artigo, um robô criado para detectar furos de reportagem replicou a informação divulgada por um jornal sobre a suposta morte de um jogador de basquete. Ciente do equívoco, instantes depois a notícia foi corrigida pela fonte original, um humano, mas não pelo robô, que não está programado para esse tipo de situação (ALBUQUERQUE, 2015).

Embora a prática de coleta de informações esteja cada vez mais recorrente e haja uma defesa em torno da liberdade de mercado, existem limites para certas práticas. O professor de ética aplicada Fritz Allhoff defende medidas mais severas para evitar excessos.

A regulação das ameaças de tecnologias potencialmente apocalípticas, portanto, requer não apenas que a segurança das tecnologias emergentes seja abordada por acordos transnacionais, mas também que estes acordos criem agências de apoio capazes de engajar-se em vigilância e verificação em níveis nacional e transnacional, com gatilhos para mecanismos de aplicação de obrigações, desde sanções econômicas à força militar (ALLHOFF, 2007, p. 207-208).

Allhoff tem uma preocupação maior sobre a nanotecnologia, no entanto os questionamentos do docente podem ser estendidos ao uso de máquinas em atividades humanas de modo geral. Ele afirma que existem duas ameaças concretas em relação aos nanorobôs que não podem ser ignoradas, quais sejam: a) eles podem ser controlados por entidades hostis de diversos tipos; b) eles podem autoreplicar-se como organismos autônomos e causar imenso dano à humanidade. Malgrado esse campo do conhecimento científico ainda não ter adentrado às práticas jornalísticas, a ressalva do professor é extremamente pertinente porque elas tocam em questões ontológicas diversas, como o fato do homem poder replicar e amplificar sensações de outros, mas ainda deparar-se com situações ética aparentemente sem respostas satisfatórias.

Bucci cita algumas citações nas quais dificilmente uma máquina com toda a racionalidade e precisão que a caracteriza teria condição de substituir um ser humano. O

professor traz o exemplo de um suposto repórter de rádio que teria testemunhado um deslizamento de terra ao retornar para casa depois de um dia de trabalho. No momento chovia forte e havia pontos de alagamento. Ainda conforme o fato em questão, o jornalista tenta com o celular narrar ao vivo o fato dispondo de pouquíssimas impressões, a não ser o que está visível a seus olhos e a partir da sua experiência. Em outra situação fictícia, um repórter entrevista um prefeito acusado de enriquecimento ilícito. O político usa o espaço para defende-se, mas o jornalista não sabe até que ponto a defesa é verdadeira. Nos dois exemplos, há a possibilidade de se transmitir partes da verdade, já que ambos os profissionais teriam pouco controle sobre aquilo que está sendo dito ao cidadão.

Em ambas as situações, Bucci faz uma recomendação básica e elementar em uma situação como essa: não mentir. “A verdade –também parcial– é que o repórter não pode grande coisa. Só o que pode é agir de acordo com a sua consciência, esforçar-se para olhar o mundo com objetividade e não mascarar suas limitações com arrogância de quem tudo vê” (2000, p. 88-89). Em princípio, dá-se a impressão de que a sugestão do professor seria facilmente aplicada pela máquina, visto que objetividade e precisão são características inerentes dos computadores. No entanto, é de se questionar até que o ponto um robô poderia exercer seguir as recomendações a partir de termos como verdade parcial, consciência e arrogância.

A maneira como uma máquina atua é diferente da forma como os seres humanos pensam. O eminente cientista norte-americano John Von Neumann publicou uma importante obra sobre esse aspecto. Em *O computador e o cérebro*, Neumann explicou que as máquinas necessitam de cálculos para realizar as tarefas solicitadas pelos humanos, pois as mesmas geralmente dizem respeito a respostas como sim e não, ou seja, processos automatizados, nos quais não são necessárias habilidades abstratas (2006, p. 108-109).

Dessa forma, nos exemplos em comento, se um computador tivesse que dizer uma verdade parcial, ele simplesmente não diria, pois ele não foi programado para tanto. O problema seria ainda maior se considerar-se a palavra consciência. Segundo Abbagnano, consciência não é apenas estar ciente do que faz ou deixa de fazer, conforme compreende o senso comum. Nos termos da filosofia, consciência pressupõe:

Uma relação da alma consigo mesma, uma relação intrínseca ao homem, "interior" ou "espiritual", pela qual ele pode conhecer-se de modo imediato e privilegiado e por isso julgar-se de forma segura e infalível. Trata-se, portanto, de uma noção em que o aspecto moral — a possibilidade de autojulgar-se — tem conexões estreitas com o aspecto teórico, a possibilidade de conhecer-se de modo direto e infalível (2007, p. 185).

Ao adentrar na concepção filosófica, portanto, seria impraticável pensar que a máquina pudesse ter consciência, conquanto tenham ocorrido avanços significativos nos últimos anos em termos de rapidez no processamento de informações e na capacidade de armazenamento.

Outro grande estudioso das máquinas e que, assim como Von Neumann, contribuiu para a criação dos primeiros computadores foi Alan Turing. Ele ficou conhecido pela criação de um dispositivo elétrico e mecânico que realizava cálculos matemáticos como poucos na história. Chamada posteriormente de A Máquina de Turing, o autômato foi fundamental na Segunda Guerra Mundial ao decifrar códigos nazistas para os países Aliados, juntamente com uma equipe que reunia desde enxadristas até campeões em palavras-cruzadas e resolução de enigmas. A importância desse trabalho foi tão expressiva que ele ficou em segredo por mais de 30 anos (GLEICK, 2013, p. 222).

Turing escreveu artigo seminal para os estudos de máquinas computadoradas em 1950 quando descreve um jogo que teria como objetivo descobrir se uma máquina pode pensar. Chamado de O Jogo da Imitação, a ideia é identificar um ser humano entre duas pessoas e uma máquina a partir de perguntas e respostas. O pesquisador inglês não chega a conclusões taxativas em seu artigo, mas faz uma pergunta que pode ser compreendida como resposta: “Não podem as máquinas realizar algo que deveria ser descrito como pensar, mas que é muito diferente do que um homem faz?” (1950, p. 435). Isto é, pode ser que as máquinas não façam exatamente aquilo que um ser humano no que diz respeito a pensar, porém, pode fazer algo com mecanismo semelhante que não seja necessariamente igual.

Ao longo do artigo, inclusive, Turing busca desfazer mitos em torno dos quais orbitavam e, provavelmente ainda existem, muitas dúvidas. Um deles era de que pensar era uma atribuição essencialmente humana, atribuída por Deus (1950, p. 443). Mais que simplesmente rechaçá-las, Turing vaticinou o que hoje é plenamente perceptível: “no final do século, o uso de palavras e opinião educada geral vai ter alterado tanto que um será capaz de falar de máquinas pensantes sem esperar ser contrariada” (1950, p. 442).

As conclusões de Turing reforçam a impressão de que uma máquina dificilmente conseguiria posicionar-se diante dos dilemas éticos sugeridos por Bucci, haja vista o fato de que o pensar da máquina é diferente do humano. Norbert Wiener, em Cibernética e Sociedade, afirma que a máquina digital funciona a partir do tudo ou nada e que “a nitidez da decisão entre ‘sim’ e ‘não’ permite-lhe acumular informação de maneira a facultar-nos discriminar diferenças muito pequenas em quantidades muito grandes” (1950, p. 64). Assim, como atestou Von Neumann, o cérebro humano não tem a precisão de uma máquina computadorada no que diz respeito a discernir informações em meio a muitas outras, mas pode

se sobressair em determinadas tarefas. “A deterioração da aritmética foi trocada por um aperfeiçoamento da lógica” (2006, p. 113), concluiu Neumann.

A lógica é indispensável para os pilares da ética e do jornalismo, como atesta Bucci ao afirmar que “a ética está na práxis. Há uma sintonia entre os costumes e a boa conduta, pois a ética não está nem poderia estar fora dos costumes” (2000, p. 17). Se a ética está no modo de agir do jornalista, logo, é indispensável a visão de vida em sociedade para que ela possa existir. Marilena Chaui ressalta “a ação só é ética se realizar a natureza racional, livre e responsável do agente e se o agente respeitar a racionalidade, liberdade e responsabilidade de outros agentes, se sorte que a subjetividade ética é uma intersubjetividade” (CHAUI, apud BUCCI, 2000, p. 16).

Sendo a ética dependente de fatores externos, é demasiado improvável que uma máquina tenha informações exteriores suficientes para tomar uma decisão baseando-se em opiniões alheias. Ou ainda mais distante da realidade seria pensar que o robô teria condições de interagir com os humanos de tal forma que pudesse depreender seus comportamentos e tirar uma conclusão lógica disso. Em relação a capacidade da máquina de aprender com si mesma e com o meio, Wiener fez esclarecedora explicação.

Pode-se construí-la com uma preferência estatística por certa espécie de comportamento, que, não obstante, admite a possibilidade de outro comportamento; ou, então, certas características de seu comportamento podem ser rígida e inalteravelmente determinadas. Chamaremos a primeira espécie de determinação preferência e à segunda espécie coerção. Por exemplo, se as regras de xadrez oficial não forem introduzidas numa máquina de jogar como coerções, e se for dada à máquina a capacidade de aprender, ela poderá transformar-se, sem que se perceba, de uma máquina de jogar xadrez noutra que execute uma tarefa totalmente diversa (1950, p. 175).

Ainda que um robô possa aprender, esse aprendizado será limitado por dados estatísticos, isso é, conforme fatores de probabilidade, pois é inerente ao mecanismo autômato pautar-se por cálculos matemáticos como forma de aprendizado. Este seria o cerne para entender porque uma máquina dificilmente desempenhará funções estritamente humanas, como decisões éticas. Toda forma de conhecimento de um robô está intrinsicamente ligado a sua gênese matemática, mas as relações humanas não. Conforme Wiener, “a grande fraqueza da máquina –fraqueza que nos salvou até aqui de ser dominada por ela– é a de que ela não pode ainda levar em consideração a vasta faixa de probabilidades que caracteriza a situação humana” (1950, p. 178). Em outras palavras, é pouco provável que cálculos matemáticos consigam mapear as inúmeras idiossincrasias humanas a ponto de uma máquina tomar decisões precisas a partir disso. Neumann vai ao âmago dessa questão quando diz:

A linguagem do cérebro não é a linguagem matemática (...) o sistema nervoso baseia-se em dois tipos de comunicações: aquelas que não envolvem formalismos aritméticos e as que o fazem, isto é, as comunicações de ordem (as lógicas) e as comunicações de números (as aritméticas). As primeiras podem ser descritas como linguagem e as segundas como matemática (2006, p. 114).

Sendo diferente a forma como o cérebro compreende números e ordens, crê-se que uma decisão ética provavelmente não fará parte do arcabouço matemático, pois ética diz respeito a comportamento individual inserido em um contexto social. Logo, uma máquina criada para executar comandos, ainda que possa aprender com o meio, não teria condições de elaborar um raciocínio nesse nível de complexidade. Nas palavras de Neumann, “quando falamos de matemática, podemos estar a discutir uma linguagem secundária, construída sobre linguagem primária realmente utilizada pelo sistema nervoso central” (2006, p. 116).

Vale ressaltar que primário e secundário não diz respeito à ordem de importância, mas a forma com a qual os processos se realizam no cérebro humano. Também é importante lembrar que a linguagem não representa necessariamente o alfabeto, mas a esquematização lógica pela qual nosso cérebro apreende o mundo. Dessa forma, além das relações humanas serem fortuitas e imprevisíveis a ponto de praticamente impossibilitar a precisão nos cálculos matemáticos de uma máquina, o cálculo não seria a forma mais apropriada de tomar decisões éticas haja visto que nosso cérebro tem melhor desempenho com a lógica se comparado à matemática.

Nos ditames de Bucci, “jornalismo é conflito, e quando não há conflito no jornalismo, um alarme deve soar. Aliás, a ética só existe porque a comunicação é local de conflito” (2000, p. 11). Assim, sendo o conflito uma oposição ou luta de princípios (ABBAGNANO, p. 173), o cérebro humano tem maior facilidade em lidar com situações opostas que a máquina, criada para tomar decisões precisas a partir de cálculos matemáticos.

Considerações finais

O desenvolvimento das máquinas e o conseqüente uso nas atividades atualmente desempenhadas por humanos é uma realidade inexorável. A disseminação, inclusive no jornalismo, precisa ser acompanhada por discussões sobre os limites de utilização dos autômatos, pois é claro que existem diferentes inquestionáveis em relação aos humanos, o que implica em aspectos que não podem ser desconsiderados. A ética é um desses campos, pois um robô dificilmente terá condições de avaliar determinadas situações corriqueiras do cotidiano de um jornalista humano pelas próprias condições atávicas que o formaram. Dessa

forma, é importante que se avalie qual pessoa poderia ser responsabilizada por equívocos ou omissões das máquinas criadas para substituir pessoas no cotidiano das redações, já que as empresas já iniciaram esse processo.

Este artigo não deseja criar uma visão estigmatizada e preconceituosa em relação aos robôs produtores de notícia. Contudo, acredita-se que é preciso pontuar determinados aspectos nessa realidade, como as características e as limitações inerentes das máquinas, para que se possa avaliar formas de lidar com os dilemas éticos jornalísticos. Como se trata de um assunto recente, a ideia deste texto é iniciar o debate para que novas discussões sejam aprofundadas.

Referências

ALBUQUERQUE, S. O Frankenstein cibernético. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 9 jun. 2015. Disponível: <http://observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/o-frankensteincibernetico/>. Acesso em: 19 de junho de 2015.

ALLHOFF, F. et al. **Nanoethics: The Ethical and Social Implications of Nanotechnology**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2007.

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABRAMO, C. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CÓDIGO DE ÉTICA DO JORNALISTA BRASILEIRO. Rio de Janeiro: 1985. Disponível em: http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros..pdf. Acesso em: 14 de junho de 2015.

DI FRANCO, C. A. **Jornalismo, ética e qualidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

DIAKOPOULOS, N. Em busca da ética dos repórteres robôs. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 8 abr 2014, Tradução: Fernanda Lizardo. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/monitor-daimprensa/_ed793_em_busca_da_etica_dos_reporteres_robos/. Acesso em: 6 de junho de 2015.

DYER, Z. Drone reporting might be grounded before it gets a chance to take off. **University of Texas**, Austin, 25 fev. 2013. Disponível em: <https://knightcenter.utexas.edu/blog/00-13045-drone-reporting-might-be-grounded-it-gets-chance-take>. Acesso em: 7 de julho de 2015.

EMPRESA americana cria robô-jornalista. **Revista Superinteressante**, São Paulo, ed. 308, ago 2012. Disponível em: <http://super.abril.com.br/tecnologia/empresa-americana-cria-robosjornalistas>. Acesso em: 7 de junho de 2015.

GLEICK, J. **A Informação: uma história, uma teoria, uma enxurrada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

KUSHNIR, B. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARTINS FILHO, E. L. **Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MARKUN, P. **Meu amigo Vlado**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

MONTEIRO, S. D.; PICKLER, M. E. V. “O ciberespaço: o termo, a definição e o conceito”. **DataGramZero-Revista de Ciência da Informação**, v. 8, n. 3, p. 1-21, 2007.

NEUMANN, J. V. **O Computador e o Cérebro**. Lisboa: Relógio D’Água, 2006.

ORTEGA, R.; SPONG, M. W. “Adaptive motion control of rigid robots: A tutorial”. **Automatica**, v. 25, n. 6, p. 877-888, 1989.

RACHELS, J. **Elementos da filosofia moral**. Lisboa: Gradiva, 2004.

RUBLESKI, A. “Jornalismo líquido e a webnotícia profissional: metamorfoses produtivas, deslocamentos conceituais e o duplo estatuto das notícias”. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 9, n. 1, p. 18-33, 2011.

TACHIZAWA, T. et al. “O fator humano no contexto da cadeia produtiva sustentável: uma análise da qualidade de vida baseada em pesquisa empírica”. In: **XII Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas**, 2009, São Paulo. Anais eletrônicos. Disponível em: http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2009/artigos/E2009_T00025_PCN80703.pdf. Acesso em: 10 de junho de 2015.

TURING, A. M. Computing Machinery and Intelligence. **Mind, New Series**, vol. 59, n.236, p. 433-460, 1950.

WIENER, N. **Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos**. São Paulo: Cultrix, 1950.